



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e
Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA.**

Demonstrações Financeiras

SICOOB UNIBV

31 DE DEZEMBRO DE 2015

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Saúde de Boa Vista
LTDA. SICCOB UNIBV
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015.**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de sobras ou perdas	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras
Ao Conselho de Administração e Cooperados da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. SICCOB UNIBV.**

Boa Vista, RR.

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. SICCOB UNIBV** “Instituição”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. SICCOB UNIBV** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme mencionada na nota explicativa n. 06, a Cooperativa possui registrado no Ativo em outros créditos, devedores diversos no país, o valor de R\$ 388mil (dez_2014 R\$ 343 mil) e no Passivo, nota explicativa n.13 em credores diversos, o montante de R\$ 63 mil (dez_2014 R\$ 154mil). A administração está conciliando os valores para as devidas regularizações dos registros.

Outros assuntos

O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 6 de março de 2015 sem modificação.

Goiânia, 23 de fevereiro de 2016.

IDEA Auditores Independentes
CRC-GO 1106/O-9 /S RR



Alexandre Lôbo Dantas
Contador CRC GO 12.517/S RR



Jackson Lara Ribeiro
Contador CRC GO 12.068/S RR

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2015	2014		NOTA	2015	2014
Circulante		11.398.702	7.053.504	Circulante		11.114.542	7.022.981
Disponibilidades	3	7.925	9.309	Depósitos		10.596.459	6.206.837
Títulos e Valores Mobiliários		222.181	736.030	Depósitos a Vista	11	3.504.478	1.946.779
Relações Interfinanceiras	4	6.707.447	2.124.299	Depósitos a Prazo	11	7.091.981	4.260.058
Centralização Financeira		6.707.447	2.120.919	Obrigações por empréstimos e repasses	12	265.661	509.085
Outros Sistemas de Liquidação		-	3.380	Outras Obrigações	13	252.422	307.058
Operações de Crédito		4.009.648	3.813.417				
Operações de Crédito - Setor Privado	5	4.083.818	3.863.550				
(-)Provisão para operações de crédito liq.		(74.170)	(50.133)				
Outros Créditos	6	449.758	369.701				
Outros valores e bens	7	1.744	747				
Não Circulante		3.342.620	3.142.405	Patrimônio Líquido	14	3.626.780	3.172.928
Realizável a longo prazo		2.398.556	2.326.881	Capital Social		2.802.382	2.657.947
Operações de Crédito	5	2.442.925	2.384.718	Reserva Legal		549.361	377.034
(-)Provisão para operações de crédito liq.		(44.368)	(57.837)	Sobras Acumuladas		275.037	137.948
Permanente		944.063	815.524				
Investimentos	8	454.399	305.277				
Imobilizado de uso	9	481.607	477.239				
Diferido	10	-	17.559				
Intangível	10	8.058	15.449				
TOTAL DO ATIVO		14.741.322	10.195.909	TOTAL DO PASSIVO		14.741.322	10.195.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3

CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstração das Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Valores em R\$

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2º SEMESTRE 2015	2015	2014
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.253.040	2.329.557	2.327.686
- Operações de Crédito		1.023.678	1.936.788	2.014.776
- Títulos e valores mobiliários		12.024	25.736	5.926
- Ingressos de Depósitos Intercooperativos		217.337	367.033	306.984
DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(357.235)	(618.957)	(395.249)
- Operações de captação no mercado		(357.235)	(618.957)	(395.249)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		895.805	1.710.601	1.932.437
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.		(643.977)	(1.361.798)	(1.746.279)
- Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços		56.078	141.262	137.420
- Dispendios/Despesas de Pessoal		(266.797)	(532.106)	(496.465)
- Outros Dispendios/Despesas Administrativas		(499.438)	(859.802)	(897.737)
- Dispendios/Despesas Tributárias		(8)	(7.314)	(9.203)
- Outros Dispendios/Despesas Operacionais		(272.426)	(494.719)	(1.073.895)
- Outros Ingressos/Receitas Operacionais		338.614	390.881	593.601
RESULTADO OPERACIONAL		251.828	348.803	186.158
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		48.948	50.905	(5.971)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		300.776	399.708	180.187
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(16.652)	(17.802)	(1.889)
Provisão para Imposto de Renda		(7.803)	(8.367)	(922)
Provisão para Contribuição Social		(8.849)	(9.436)	(968)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIP. JUROS AO CAPITAL		284.123	381.905	178.297
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		-	(106.868)	(40.350)
F.A.T.E.S		-	(72.489)	(23.106)
RESERVA LEGAL		-	(34.380)	(17.243)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO		284.123	275.037	137.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2014	2.211.462	238.652	572.231	3.022.345
Incorporação / Distribuição de Sobras	-	121.139	(572.231)	(451.092)
Aumento / Baixa de Capital	446.484	-	-	446.484
Sobras do Exercício	-	-	178.297	178.297
Destinação das Sobras:				
Reserva Legal	-	17.243	(17.243)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(23.106)	(23.106)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	2.657.947	377.034	137.948	3.172.928
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	2.657.947	377.034	137.948	3.172.928
Incorporação / Distribuição de Sobras	-	137.948	(137.948)	-
Aumento / Baixa de Capital	144.436	-	-	144.436
Sobras do Exercício	-	-	381.905	381.905
Destinação das Sobras:				
Reserva Legal	-	34.380	(34.380)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(72.489)	(72.489)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.802.382	549.361	275.037	3.626.780
Saldos em 1º de Julho de 2015	2.776.144	514.981	97.782	3.388.907
Incorporação / Distribuição de Sobras	-	-	-	-
Aumento / Baixa de Capital	26.238	-	-	26.238
Sobras do Semestre	-	-	284.123	284.123
Destinação das Sobras:				
Reserva Legal	-	34.380	(34.380)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(72.489)	(72.489)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.802.382	549.361	275.037	3.626.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez

Presidente

Ailton Fernandes Teodoro

Diretor Financeiro

Kellen de Souza Bastos

Contadora

CRC: AM-012825/O-3

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2015	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.322.749	4.586.352	1.508.300
Sobras ajustadas	165.292	337.089	71.588
Sobras/Perdas do exercício	284.123	275.037	137.948
Depreciações e Amortizações	25.870	51.484	27.213
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(144.701)	10.568	(93.573)
(Aumento) redução nos Ativos	331.662	157.701	(379.077)
Títulos e Valores Mobiliários	(11.974)	513.849	(736.030)
Relações Interfinanceiras	3.380	3.380	(3.380)
Operações de crédito	392.638	(278.475)	684.992
Outros créditos	(51.386)	(80.057)	(327.524)
Outros valores e bens	(997)	(997)	2.864
Aumento (redução) nos Passivos	3.825.795	4.091.561	1.815.790
Depósitos	3.974.970	4.389.622	1.174.956
Relações Interdependenciais	-	-	(1.215)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(114.342)	(243.425)	509.085
Outras obrigações	(34.833)	(54.636)	132.964
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(151.511)	(180.023)	(170.661)
Aumento dos investimentos	(141.167)	(149.122)	(7.987)
Aumento do imobilizado	(10.345)	(30.901)	(152.388)
Aumento do intangível	-	-	(10.287)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	26.238	178.815	12.635
Integralizações e Baixas de capital	26.238	144.436	446.484
Destinação das Sobras p/ Reserva Legal	-	172.327	138.382
Destinação das Sobras do Exercício	-	(137.948)	(572.231)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	4.197.476	4.585.144	1.350.274
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.517.897	2.130.229	779.955
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	6.715.373	6.715.373	2.130.229
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.197.476	4.585.144	1.350.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS
PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE BOA VISTA LTDA. - SICOOB UNIBV
CNPJ: 02.137.018/0001-65**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014**

Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV, cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/09/1996, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI e componente do SISTEMA SICOOB, tem sede em Boa Vista/RR e possui 01 (um) Posto de Atendimento Cooperativo - PAC na seguinte localidade: Av. Nossa Senhora da Consolata/Centro. Sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização, o de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25) . As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração.

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC	BACEN
CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN 4.1444/12
PC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN N. 3.566/08
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN N. 3.604/08
CPC 05 (R1) – Divulgação Sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN N. 3.750/09
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN N. 3.989/11
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN N. 4.007/11
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN N. 3.973/11
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN N. 3.823/09

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV.

b. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas adotadas pela Cooperativa para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

b.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN n. 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimento de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo

Aplicação interfinanceira de liquidez:

São registradas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Títulos e Valores Mobiliários:

De acordo com a Circular Bacen n. 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração da Cooperativa, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.
- iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

Relações Interfinanceiras:

Representado basicamente por operações vinculadas ao Bacen para garantia de compensação própria e por depósitos dos recursos da liquidez na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob - Uni.

b.5 Operações de Crédito

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN N. 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível “H”. Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco.

b.7 Devedores por depósitos em garantia

Quando por determinação judicial ou por orientação da assessoria jurídica a administração da cooperativa, efetua depósitos judiciais para suportar passivos contingentes.

b.8 Investimentos

Representados substancialmente por participações societária na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob-Uni.

b.9 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.10 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 10%.

b.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

b.12 Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

b.13 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos mantidos junto a Central e os encargos e variações monetárias até a data do balanço (nota explicativa N. 4).

b.14 Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

b.15 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.16 Provisões e passivos contingentes

Provisões – São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Passivos contingentes – São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perdas remotas não são divulgadas.

b.17 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

b.19 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já evidenciam na data-base das demonstrações contábeis; e,
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data base das demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, aplicações interfinanceiras de liquidez-CDI e títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Caixa e Banco	2015	2014
Caixa	7.756	6.939
Depósitos em Bancos	169	2.371
Total	7.925	9.309

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – Ativo

	2015	2014
Centralização financeira – Central Sicoob - UNI	6.707.447	2.120.919
Outros Sistemas de Liquidação	-	3.380
Total	6.707.447	2.124.299

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Em 31 de dezembro de 2015, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO possuía operações de crédito conforme abaixo. Sua composição foi distribuída em conformidade com o artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00:

I – DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SEGREGADAS POR TIPO DE CLIENTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

	2015	2014
Setor Privado		
Pessoa Física	5.155.130	5.014.226
Empréstimos	2.973.647	3.250.079
Adiantamentos a Depositantes	5.696	19.183
Cheque Especial	328.844	227.148
Financiamentos	1.846.944	1.496.827
Cartão de Crédito	-	20.989
Pessoa Jurídica	1.371.613	1.234.042
Empréstimos	1.022.780	836.892
Adiantamentos a Depositantes	2.127	2.420
Conta Garantida	135.427	170.313
Títulos Descontados	15.905	5.711
Financiamentos	195.374	218.706
Subtotal	6.526.743	6.248.268
Provisão	(118.539)	(107.971)
Total	6.408.204	6.140.298

	2015	2014
Circulante	4.009.648	3.813.417
Não circulante	2.398.556	2.326.881
Total	6.408.204	6.140.298

b) Composição por faixa de Vencimento e Níveis de Risco

b.1. Operações de Crédito em Curso Normal

	Operações Vincendas					Total
	A	B	C	G	H	
01 a 30 dias	342.757	74.421	18.841	8	1.440	437.468
31 a 60 dias	308.968	86.011	39.177	-	1.294	435.451
61 a 90 dias	276.092	54.131	14.355	-	1.294	345.871
91 a 180 dias	762.499	161.040	52.525	-	4.187	980.252
181 a 360 dias	1.314.135	345.182	105.732	-	7.572	1.772.620
Acima 360 dias	1.882.610	303.261	101.026	-	27.748	2.314.646
Total	4.887.061	1.024.047	331.657	8	43.535	6.286.308

b.2. Operações de Crédito em Curso Anormal

	Operações Vencidas					Total
	A	B	C	G	H	
01 a 30 dias	-	10.271,95	35.337,92	2.024,65	-	47.635
31 a 60 dias	-	15.048	31.503,19	33.297	-	79.849
61 a 90 dias	-	-	22.951	-	-	22.951
91 a 180 dias	-	-	90.000	-	-	90.000
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-
Acima 360 dias	-	-	-	-	-	-
Total	-	25.320	179.792	35.322	-	240.434

Total	4.887.061	1.049.367	511.449	35.330	43.535	6.526.743
--------------	------------------	------------------	----------------	---------------	---------------	------------------

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Adiantamento a Dep				
Cheque Especial	472.094	-	-	472.094
Conta Garantida				
Empréstimos	846.316	1.660.590	1.489.522	3.996.427
Títulos Descontados	15.905	-	-	15.905
Financiamentos	311.832	777.082	953.403	2.042.317
Total	1.646.146	2.437.672	2.442.925	6.526.743

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

	2015	2014
Saldo Inicial – Janeiro	107.971	201.544
Constituições/Reversões no Exercício	10.568	(93.573)
Total	118.539	107.971

e) Concentração dos Principais Devedores:

	2015	%	2014	%
10 Maiores devedores	1.908.611	29,24	2.024.920	32,41
50 devedores seguintes	3.577.251	54,81	3.262.882	52,22
100 devedores seguintes	970.757	14,87	879.686	14,08
Demais	70.124	1,07	80.780	1,29
Total	6.526.743	100,00	6.248.268	100,00

f) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Valores referentes a operações de crédito lançadas em conta de compensação como prejuízo e de operações recuperadas / renegociadas. A operação classificada na forma deste item deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. (Resolução CMN nº 2.682 – art. 7º e parágrafo único; Carta – Circular Bacen nº 2.899 - item 12 - VI).

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial – Janeiro de 2015/2014	1.040.244	350.640
Valor das Operações Baixadas no período	51.808	872.289
Valor das operações recuperadas no período	(17.483)	(182.686)
Total	1.074.569	1.040.244

6. OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Rendas a receber	52.248	2.824
Adiantamentos e antecipações salariais	3.143	2.579
Adiantamento por Conta de Imobilizações	-	4.000
Devedores por Depósito em Garantia	950	950
Impostos e contribuições a compensar	5.230	734
Pagamentos a ressarcir	-	14.814
Títulos e créditos a receber	100	202
Devedores diversos no país	388.087	343.599
Total	449.758	369.701

7. OUTROS VALORES E BENS

	2015	2014
Material em Estoque	-	747
Despesas Antecipadas	1.744	-
Total	1.744	747

8. INVESTIMENTOS

	2015	2014
Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob-Uni	422.919	305.277
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob	31.480	-
Total	454.399	305.277

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal de vida útil, conforme abaixo:

	Taxa de Depreciação Amortização	2015	2014
Terrenos	0	384.990	384.990
Instalações	10%	15.909	9.752
Móveis e Equipamentos	10%	61.541	60.231
Sistemas de Comunicação	10%	17.558	17.558
Sistema de Processamento Dados – Equipamentos	20%	70.573	63.789
Sistemas de Segurança	10%	50.181	33.530
Sistemas de Transporte	20%	30.924	30.924
TOTAL		631.676	600.774
Depreciação Acumulada		(150.069)	(123.535)
TOTAL		481.607	477.239

10. DIFERIDO E INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Amortização	2015	2014
Ativo Diferido	20%	124.266	124.266
Ativos Intangíveis	20%	20.417	20.417
TOTAL		144.682	144.682
Amortização Acumulada		(136.624)	(111.674)
TOTAL		8.058	33.008

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Vista não são remunerados.

	2015	2014
Depósitos A Vista PF	1.057.915	946.652
Depósitos a Vista PJ	2.446.563	1.000.127
Total	3.504.478	1.946.779

Os Depósitos a Prazo recebem encargos financeiros contratados e estão mantidos no circulante por não possuir restrição para resgate.

	2015	2014
Depósitos A Prazo	7.091.981	4.260.058
Total	7.091.981	4.260.058
TOTAL DEPOSITOS A VISTA E A PRAZO	10.596.459	6.206.837

	2015	%	2014	%
Maior depositante	1.123.694	10,60%	451.353	7,27%
Segundo maior depositante	1.036.263	9,78%	427.654	6,89%
10 Maiores depositantes	6.273.473	59,20%	2.878.209	46,37%

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000 (Duzentos e cinquenta mil Reais) por CPF/CNPJ estão garantidos pelo FGCcoop - Fundo Garantidor de Crédito Cooperativo, constituído por todas as cooperativas financeiras do Brasil.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os valores referem-se a obrigações em empréstimos junto a Central

	2015	2014
Cooperativa Central	265.661	509.085
Total	265.661	509.085

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS

Descrição	2015	2014
Operações de Crédito – IOF	266	869
Total	266	869

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	2015	2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	72.624	24.011
Total	72.624	24.011

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015	2014
Impostos e Contribuições s/Lucros a Pagar	15.956	-
Impostos e Contribuições a Recolher s/ Serviços de terceiros	1.300	438
Impostos e Contribuições sobre Salários	15.236	17.786
IRRF sobre Aplicações Financeiras	3.729	38.752
PIS a recolher	11	5
COFINS a recolher	34	29
Total	36.266	57.009

OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Descrição	2015	2014
Fornecedores	9.056	5.150
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	12.266	3.984
Despesa com Pessoal	32.898	43.777
Outras Despesas Administrativas	19.104	17.178
Provisão para Passivos Contingentes	7.254	950
Credores Diversos (ii)	62.689	154.130
Total	143.266	225.168

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e **10%** das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do Banco Central do Brasil, denominado COSIF.

(ii) Credores Diversos, refere-se a:

Descrição	2015	2014
Pendência a Regularizar	44.369	62.408
Créditos de Terceiros	-	54.869
Outros	15.319	36.853
Cheques Depositados	3.000	-
Total	62.689	154.130

Descrição	2015	2014
Total Geral – OUTRAS OBRIGAÇÕES	252.422	307.058

14. PATRIMONIO LÍQUIDO (CAPITAL, RESERVAS, SOBRAS ACUMULADAS)

a. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado pelos 533 associados, atingindo o montante de R\$ 2.802.382 (31/12/2015) e R\$ 2.657.947 (31/12/2014).

b. Reserva Legal

A Reserva legal é exigida conforme Estatuto Social, representado no percentual de 10%.

c. Sobras e Destinações

As sobras apuradas no encerramento do Exercício de 2015 e 2014 são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO):

Descrição	2015	2014
Sobras /lucro do Exercício	381.905	178.297
Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	343.796	172.434
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	343.796	172.434
Destinações estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	34.380	17.243
Reserva Legal (incluindo resultado não operacional) - 10%	34.380	17.243
Sobras à disposição da Assembleia Geral	275.037	137.948

15. PARTES RELACIONADAS (CPC 05 E RESOLUÇÃO CMN 3750/09)

Remuneração da Administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

GASTOS COM PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

	2015	2014
HONORÁRIOS	133.000	129.600
CEDÚLAS DE PRESENCAS	9.500	4.400
ENCARGOS SOCIAIS	28.500	27.072
TOTAL	171.000	161.072

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO 31/12/2015

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	SALDO DEVEDOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO – R\$	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) - R\$	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
EMPRÉSTIMOS	139.300	697	2,13%
TOTAL	139.300	697	2,13%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO 31/12/2015

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	SALDO DOS DEPÓSITOS – R\$	% DOS DEPÓSITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DEPÓSITOS
DEPÓSITOS A VISTA	115.141	1,09%
DEPÓSITOS A PRAZO	940.797	8,88%
Total	1.055.938	9,97%

As operações de crédito e os depósitos a vista e a prazo são realizados nas mesmas condições que as operações com os demais associados.

16. RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

a. RISCO OPERACIONAL

1. O gerenciamento do risco operacional da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.
2. Conforme preceitua a Resolução CMN 3.380/2006, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
4. O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).
5. As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.
6. A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).
7. Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).
8. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. RISCO DE MERCADO

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
2. Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
5. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

c. RISCO DE CREDITO

1. O gerenciamento de risco de crédito da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
2. Conforme preceitua a Resolução CMN nº 3.721/2009, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista LTDA. - SICOOB UNIBV** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

17. OUVIDORIA

A ouvidoria tem como atribuição, assegurar a observância das normas regulamentares que disciplinam a atividade e daquelas relativas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Atua como canal de comunicação entre a instituição e seus associados, inclusive na mediação de conflitos.

Instituída pelo componente organizacional único de ouvidoria do Sicoob, dispõe de diretor responsável pela área e ouvidor. O trabalho realizado pela Ouvidoria auxilia no monitoramento

dos processos de qualidade e boas práticas, bem como na observância do código de ética do Sicoob.

As manifestações são acolhidas por meio telefônico de discagem gratuita - 0800 725 0996 e pelo formulário eletrônico disponível no endereço www.ouvidoriasicoob.com.br

Boa Vista/RR, 31 de Dezembro de 2015.

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3